

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAINDR

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Henrique Afonso)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar de alternativas econômicas sustentáveis para a Amazônia brasileira.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em data a ser oportunamente agendada, para tratar de alternativas econômicas sustentáveis para a Amazônia brasileira.

Sugiro que sejam convidados o Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA; o Sr. Antonio Carlos Hummel, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro – SFB; o Sr. Carlos Edegard de Deus, Secretário de Meio Ambiente do Acre; o Sr. Malvino Salvador, Diretor-presidente da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas- AFLORAM; o Sr. Djalma Bezerra Mello – Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; o Sr. Thiago Valente, Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR; o Sr. Roberto Smeraldi, Diretor da Amigos da Terra – Amazônia; e o Sr. Rubens Gomes, Presidente do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.

JUSTIFICAÇÃO

A Amazônia brasileira abriga um dos maiores acervos de biodiversidade do Planeta e presta serviços ambientais fundamentais para o País e o mundo, notadamente na regulação do clima. O uso sustentável desse patrimônio é fundamental para o desenvolvimento regional e nacional e para o futuro da humanidade.

O Plano Amazônia Sustentável, lançado pelo Poder Executivo em 2008, chama a atenção para as conhecidas dificuldades de se incorporar a Amazônia à dinâmica de desenvolvimento nacional, ora por culpa do modelo de desenvolvimento estabelecido para a região, ora pela falta de tecnologia ou capital.

Lembra-se ali que “os insucessos do modelo de inserção regional remontam a quatro séculos de ocupação, das primeiras missões religiosas aos grandes projetos de desenvolvimento, vários deles, inclusive, com concepção, capital e tecnologia internacional. Os seguidos revezes que caracterizaram esse esforço até o presente exemplificam a dimensão do desafio de se incorporar a região, em bases sustentáveis, ao esforço nacional de desenvolvimento e ao mesmo tempo promover um modelo de desenvolvimento regional com identidade própria.”

Nesse contexto, é fundamental buscar alternativas econômicas sustentáveis para Amazônia brasileira. Além dos setores econômicos tradicionais, como a agropecuária, a exploração madeireira e a mineração, “há forte potencial de mercado da biodiversidade contida nas florestas, várzeas, cerrados e rios amazônicos, que possuem 33 mil espécies de plantas superiores, sendo pelo menos 10 mil com uso medicinal, cosmético ou como bioinseticida, e 300 espécies de frutas comestíveis, além da rica fauna silvestre.”

“Ainda que pouco significativos em termos macroeconômicos, os atuais produtos florestais não madeireiros, comercializados ou não, são fundamentais para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista, que exige pouca renda monetária e é responsável pela gestão de vastos territórios. Os produtos naturais existentes atendem o auto-consumo, mercado interno e o externo, nesta ordem de

importância, com tendência a mercantilização crescente e âmbito geográfico cada vez maior.”

Várias são as iniciativas em curso, de órgãos de governo, de organizações não-governamentais e de empresas privadas, com o propósito de criar novos mercados para os produtos florestais não-madeireiros. Cito, a título de exemplo, o “Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário”, do SFB, as ações desenvolvidas pela Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Estado do Amazonas, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR, o Programa Organização Produtiva de Comunidades na Amazônia - Produzir-Amazônia, da SUDAM e o Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis, da ONG Amigos da Terra Amazônia.

É com o propósito de debater essas e outras iniciativas para o desenvolvimento social e econômico da Amazônia que estamos propondo a realização da audiência pública em questão.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Henrique Afonso